

Par. 1.º N. 222

Archiver
Admario N. 5
Caixa N. 8

Projecto de lei N. 204.

Artigo 1.º

É approvedo o projecto de código civil, que faz parte da presente lei.

Artigo 2.º

As disposições do dito código começarão a ter vigor em todo o continente do reino e nas ilhas adjacentes seis meses depois da publicação da presente lei no Diario de Lisboa.

Artigo 3.º

Para todos os eff. tos. previstos no mesmo código ter-se-ha como: data da sua promulgação, o dia em que elle começar a ter vigor, nos termos do artigo antecedente.

Artigo 4.º

Todas as disposições de código civil, cuja execução depender absolutamente da existencia de repartições pub. cas ou de outras instituições que ainda não existirem creadas, só obrigam, desde que tais instituições funcionarem.

Artigo 5.º

Desde que principiar a ter vigor o código civil ficará revogada toda a legislação anterior que recair nas materias que o ~~mesmo código~~ ~~abrange~~ ~~expressa~~ ~~legislação~~ seja geral, ou seja especial.

Artigo 6.º

Toda a modificação no direito, que de

Está a ser publicado no Diario de Lisboa em 1864.

futuro se fôr sobre matéria contida no código civil será considerada como fôr parte d'elle e inserida no lugar proprio, quer seja por meio da substituição de artigos alterados, quer pela supressão de artigos inúteis ou pelo addicionamento dos que forem necessários.

Artigo 4.º

Uma commissão de juriscôultos será encarregada pelo governo; durante os primeiros cinco annos da execução do código civil; de receber todas as representações, relatórios dos tribunaes e quaesquer observações relativamente ao melhoramento do mesmo código e á solução das difficuldades que possam dar-se na execução d'elle. Esta commissão proporá ao governo quaesquer providencias que para o indicado lhe parecerem necessarias ou convenientes.

Artigo 5.º

O governo fará os regulamentos necessarios para a execução da presente lei.

Artigo 6.º

O governo autorisado a tornar extensivo o código civil ás provincias ultramarinas, surtidas as estações competentes e farud-lhe as modificações que as circum-

stancias especiales das mesmas provincias ex-
igirem.

Artigo 10.º

Fica revogada a legislação em contrario.

Salacio das Côrtes, em 25 de Junho
de 1867.

Pedro Augusto d'Almeida Pereira
Deputado Presidente

~~Por elle e por elle~~ do mesmo
modo.

Fernando de Sousa Giraldez Caldeira
Deputado Secretario